Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 17/12/2025

CCM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional. (a) Informações gerais: A CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis S.A. ("Companhia" ou "CCM") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, e tem por objeto social a exportação, importação, produção, fabricação, embalagem, reembalagem, distribuição, transporte, comércio, armazenamento de produtos cosméticos e perfumaria, higiene pessoal, saneantes domissanitários e correlatos. **(b) COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o COVID-19 como pandemia e, desde então, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias a prevenção, procurando atender solicitações dos órgãos de saúde dos governos municipais, estadual e federal pensando no bem-estar de seus colaboradores. Apesar do momento crítico e seus motivos relativos no mercado em geral, as atividades da Companhia não sofreram impactos relevantes, sendo assim, a Administração não espera alteração desse cenário para o próximo exercício social. **(c) Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de abril de 2023. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards - IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC's), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, e saldo de contas garantidas, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Ativos financeiros. 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **(b) Custo amortizado:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -** ***Impairment:*** A Companhia avalia na data de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *(impairment)*. Os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia tem o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, não sendo utilizados para fins especulativos. Os resultados obtidos com essas transações são contabilizados como resultado financeiro como receitas ou despesas financeiras (Vide Nota 7). **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.7 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e indireta e outros custos diretos e indiretos de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização *(impairment)*, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos tributos correntes e diferidos sobre a renda. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas atualmente aplicáveis para o imposto de renda e para a contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os tributos diferidos, quando aplicável, também são apresentados pelo valor líquido, no ativo ou passivo não circulante. **2.9 Partes relacionadas:** As contas a receber ou pagar às partes relacionadas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia optou pelo reconhecimento do custo atribuído *(deemed cost)* como previsto na Interpretação técnica - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico dos bens do ativo imobilizado existentes em 31 de dezembro de 2017, bem como a revisão da vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11 Ativos intangíveis:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Ativos derivados de desenvolvimento de projeto interno, marcas e patentes são prováveis geradores é benefícios econômicos futuros. Quando aplicável, são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. **2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** ***Impairment:*** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.13 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado no período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante. **2.15 Arrendamentos:** A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que considera um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo, quando aplicável. A abordagem desta norma pode ser assim resumida: **(a) Arrendamento - Definição IFRS 16 (CPC 06 (R2)):** A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme IFRIC 03/ IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A partir de 2019, de acordo com o IFRS 16, é considerado arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, transfere a arrendatária o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. **(b) Arrendatária:** A Companhia adota, quando aplicável, a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados a partir da taxa de juros real estimada para a Companhia; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. Não são reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos são registrados como despesa pelo método linear. **(c) Arrendadora:** Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. **2.16 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que refletam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesas gerais e administrativas. **2.17 Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **2.18 Reconhecimento da receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. **(a) Venda de produtos:** As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre a utilização dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o pedido de venda; e (iii) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos pedidos de venda, líquidas dos descontos concedidos e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. **(b) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. **2.19 Demais receitas, custos das vendas e despesas:** As demais receitas, custos das vendas e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência. **2.20 Capital:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.21 Subvenção governamental - ICMS:** A subvenção governamental é reconhecida quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Os valores referentes à redução da base de cálculo do ICMS, em razão da sua especial natureza jurídica, constituem em uma renúncia fiscal, subvenção de investimentos recebida do Poder Público, não ostentando a natureza de receita ou faturamento, razão pela qual não podem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. **(a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa -** ***Impairment:*** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características. **(b) Provisão para perdas com estoques obsoletos e/ou de baixo giro -** ***Impairment:*** É registrada, quando requerida, com base nos itens de baixo giro, sem movimentação há mais de 1 ano. **(c) Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado:** São revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **(d) Provisão para contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(e) Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos é realizada pela administração da Companhia que analisa estes riscos e define as principais diretrizes de atuação da Companhia. Nesse contexto, a Companhia mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de mercado. (i) Risco de volatilidade do mercado de produtos:** A Companhia comercializa produtos cosméticos e de perfumaria, higiene pessoal, saneantes domissanitários e correlatos estando sujeitos ao risco de flutuação de preço e a concentração de fornecedores. A administração da Companhia monitora regularmente a variação de preços desses produtos. **(ii) Risco de moeda:** As operações da Companhia estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de passivos indexados em moeda estrangeira, de maneira geral, correspondendo pelos Fornecedores e Empréstimos e financiamentos. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia, mensalmente, o risco de crédito associado a cada um deles e sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado, que será avaliado em conjunto com cada período de vendas emitido. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias (i) de caixa mínimo e (ii) para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas diariamente pela administração, com o objetivo de mitigar qualquer risco de liquidez." **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seus recursos são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Companhia, requeridos para seu constante crescimento e atualização, são obtidos dos lucros retidos e de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo. A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de produção. **4.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, das contas a pagar aos fornecedores e dos empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos eventual perda *(impairment)*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos, conforme balanço patrimonial	Classificação	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	(i)	58	1.988
Caixa e equivalentes de caixa -			
Aplicações financeiras	(ii)	73.743	14.756
Caixa e equivalentes de caixa - Debêntures	(i)	2.448	28.926
Instrumentos financeiros derivativos	(ii)	4.063	7.838
Contas a receber de clientes	(i)	170.219	158.216
Adiantamentos	(i)	5.239	2.177
Antecipação de dividendos	(i)	754	2.584
Depósitos judiciais	(i)		10
Outros ativos	(i)	103	62
		256.627	216.557

Passivos, conforme balanço patrimonial	Classificação	2022	2021
Fornecedores	(iii)	126.608	118.324
Empréstimos e financiamentos	(iii)	237.305	214.780
Adiantamentos de clientes	(iii)	356	587
Comissões a pagar	(iii)	1.927	1.479
Outros passivos	(iii)	733	318
		366.929	335.488

Classificação: (i) Ativos ao custo amortizado; (ii) Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) Passivos ao custo amortizado

6. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	58	1.988
Debêntures (i)	2.448	28.926
Aplicação financeira (ii)	73.743	14.756
	76.249	45.670

(i) As debêntures têm vencimento original de 1 a 6 anos, mas foram contratadas como "operações compromissadas DI", ou seja, incluindo garantia de recompra diária desses papéis pela instituição vendedora. Adicionalmente, possuem remuneração equivalente a 80% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. (ii) As aplicações financeiras correspondem a Certificado de Depósito Bancário - CDB, com liquidez abaixo de 90 dias e sem o risco de alteração significativa de mudança de valor. Possuem remuneração indexada à variação de 101,5% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **7. Instrumentos financeiros derivativos:** Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados por meio de operações de *Swaps* junto a instituições financeiras. O quadro a seguir apresenta um resumo dos derivativos contratados pela Companhia:

		Valor nocional, em:		Critério de atualização para:		Ganho potencial em:	
Data da contratação	Data de vencimento	US$ mil	R$	Banco	Companhia	2022	2021
14/06/2019	12/06/2024	4.777	26.165	CDI + 1,98% a.a.	Dólar + 4,32% a.a.	3.898	7.752
22/04/2022	19/04/2023	2.136	10.000	CDI + 2,87% a.a.	Dólar + 5,41% a.a.	488	
05/09/2022	15/09/2023	10.000		7,47% a.a		(323)	
06/08/2021	01/08/2022	270	1.506	9,51% a.a.	Dólar + 2,60% a.a.		86
		7.183	47.671			4.063	7.838

8. Contas a receber de clientes	2022	2021
Clientes no País - Terceiros	174.616	162.339
(-) Clientes Diferidos	(2.971)	(3.365)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.426)	(758)
Ativo circulante	170.219	158.216

A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera, basicamente, os títulos vencidos a mais de 180 dias, sem garantias. A composição das contas a receber, por vencimento, está representada abaixo:

	2022	2021
A vencer:		
de 0 a 90 dias	147.354	153.446
de 91 a 360 dias	24.194	5.981
	171.548	159.427
Vencidas:		
de 0 a 90 dias	1.224	2.153
de 91 a 360 dias	1.068	1
acima de 360 dias	776	758
	3.068	2.912
	174.616	162.339

Movimentação dos saldos de provisão para perdas *(impairment)*:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	758	694
Provisão no exercício	668	292
Perda/baixa do contas a receber		(228)
Saldo no final do exercício	1.426	758

9. Estoques	2022	2021
Matérias-primas (i)	39.013	25.705
Produtos acabados	8.666	5.323
Estoque de uso e consumo	3.966	4.031
Outros estoques	117	181
	51.762	35.240

(i) Em 31/12/2022, parte dos estoques de Matérias-primas, no montante de R$ 1.511 (2021 - R$ 1.117), está armazenada fora das dependências da Companhia; portanto, em poder de terceiros. Adicionalmente, R$ 22.002 (2021 - R$ 10.591) são importações que estão em trânsito e/ou aguardando nacionalização. **10. Adiantamentos:** Correspondem, substancialmente, a antecipações efetuadas ao despachante aduaneiro para tramites de nacionalização das matérias-primas importadas.

11. Tributos a recuperar	2022	2021
IPI a compensar	19.214	21.722
IPI a recuperar (ii)	11.063	4.777
PIS e COFINS a recuperar (i)	9.900	7.027
IRRF a recuperar	975	478
Outros	614	630
	41.766	34.634
Circulante	(22.552)	(22.830)
Não circulante	19.214	11.804

(i) Correspondem, substancialmente, a apropriação de créditos oriundos da aquisição de máquina *(Pants)* no exercício de 2021, perfazendo os montantes de R$ 467 do Programa Integração Social - PIS e R$ 2.148 da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Consequentemente, devido a aquisição da nova máquina *(pants)*, surgiu a necessidade de aquisições de matérias primas para produção de fraldas *"shortinho"*. (ii) Os produtos fabricados pela Companhia possuem alíquota de 0% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na comercialização, gerando saldo credor deste imposto, o qual é compensado, substancialmente, através dos tributos federais.

12. Partes relacionadas		
(a) Saldos	**2022**	**2021**
Ativo circulante		
Antecipação de dividendos	754	2.584
	754	2.584
(b) Transações	**2022**	**2021**
Despesas com serviços	314	379

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração está representado pelos membros da diretoria. Em 2022, a remuneração total paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais, incluindo os encargos incidentes, representou R$ 2.537 (2021 - R$ 2.107).

13. Imobilizado

(a) Movimentação dos saldos	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	13.942	31.343	627	93.833	1.629	321	496	25.230	167.421
Aquisições		79		2.861	121	165	771	7.911	11.908
Transferências				27.029				(27.029)	
Baixas de bens - custo				(1)		(32)			(33)
Depreciação		(480)	(52)	(8.845)	(187)	(122)	(157)		(9.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.942	30.942	575	114.877	1.563	364	1.078	6.112	169.453
Custo total	13.942	32.771	783	137.927	2.240	775	1.565	6.112	196.115
Depreciação acumulada		(1.829)	(208)	(23.050)	(677)	(411)	(487)		(26.662)
Valor residual	13.942	30.942	575	114.877	1.563	364	1.078	6.112	169.453
Saldos em 1º de janeiro de 2022	13.942	30.942	575	114.877	1.563	364	1.078	6.112	169.453
Aquisições		10	30	4.381	94	88		5.168	9.771
Transferências				55		63		(118)	
Baixas de bens - custo				(66)	(2)		(113)		(181)
Depreciação		(466)	(26)	(8.953)	(197)	(151)	(274)		(10.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.942	30.486	579	110.294	1.458	364	691	11.162	168.976
Custo total	13.942	32.781	813	142.297	2.332	926	1.452	11.162	205.705
Depreciação acumulada		(2.295)	(234)	(32.003)	(874)	(562)	(761)		(36.729)
Valor residual	13.942	30.486	579	110.294	1.458	364	691	11.162	168.976
Taxas anuais médias de deprec. - %		2%	6%	7%	11%	15%	11%		